



# O que espera o setor do próximo Governo?



**Manuel Reis Campos**

Presidente da AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas

Agora que os portugueses fizeram as suas legítimas escolhas para o próximo ciclo eleitoral e já se conhece o elenco governativo, é necessário começar a dar uma resposta efetiva aos agentes económicos e, em particular, às empresas. Em concreto, o Orçamento do Estado para 2020 é um documento fundamental, que é importante para todo o País e, em particular, para o Setor da Construção e do Imobiliário e, apesar de estarmos perante um cenário de continuidade, as empresas precisam de saber com o que podem contar.

É necessário, rapidamente, concretizar as soluções que estão identificadas como fundamentais para que o País possa continuar a consolidar o crescimento. E, desde logo, tem de se inverter o atual défice de investimento público, pelo que uma das medidas prioritárias para esta nova legislatura é o Plano Nacional de Investimentos 2030 (PNI). O próximo Governo tem de, rapidamente, definir e aprovar o PNI, incluindo a sua calendarização. Estamos a aproximar-nos do fim do Portugal 2020 e a iniciar o debate em torno do próximo ciclo de fundos pelo que se torna absolutamente imprescindível assumir, de uma vez por todas, um correto planeamento do

investimento público, de forma a que o País possa tirar partido dos recursos comunitários que temos à nossa disposição e que são imprescindíveis para nos aproximarmos das metas europeias.

Também é preciso atuar sobre o investimento privado e reforçar a confiança dos investidores. Estamos a falar da fiscalidade do imobiliário, e mais concretamente, de medidas como a eliminação da tributação dos stocks de imóveis detidos pelas empresas e, também, do AIMI, o IMI que reverte para o Estado. São impostos injustos e excessivos que penalizam, em especial, o custo da habitação para a classe média e para as empresas que investem no Interior do nosso País e não se pode continuar a ignorar estas distorções fiscais. O aumento da oferta de habitação a custos acessíveis e a criação de um verdadeiro mercado do arrendamento são objetivos consensualmente assumidos, mas continuam por cumprir.

Deve-se, ainda, olhar para a competitividade e criar condições para que as empresas possam lidar com um Estado mais funcional e eficiente, com menor carga burocrática, destacando-se aqui aspetos cruciais como o licenciamento das operações urbanísticas, e a regulação do mercado, ou seja, a capacidade de afastar fenómenos como a concorrência desleal ou a clandestinidade. Da mesma forma, a falta de mão-de-obra qualificada está a ser apontada pelas empresas como um dos seus principais constrangimentos e defendemos medidas concretas, sobretudo, ao nível da formação profissional e do papel dos centros de formação profissional do Setor.

*Deve-se olhar para a competitividade e criar condições para que as empresas possam lidar com um Estado mais funcional e eficiente*